

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA INTERNA NA ATUAÇÃO EM FRAUDES NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: Uma revisão de Literatura

CONTRIBUTIONS OF INTERNAL AUDIT IN THE PERFORMANCE OF FRAUD IN FINANCIAL INSTITUTIONS: A Literature Review

Luiz Gustavo dos Santos

Marcela Morais Rocha

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Auditoria Interna na prevenção de fraudes em instituições bancárias, destacando como ela atua na identificação de riscos e na implementação de controles eficazes. A justificativa para este estudo reside na crescente ameaça das fraudes financeiras, intensificadas pelos avanços tecnológicos e pela digitalização dos serviços bancários. A fundamentação teórica é baseada em autores e normas internacionais que fornecem diretrizes para a gestão de riscos e controles internos, e também as medidas preventivas da instituição Cooperativa de Crédito Sicoob. A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, utilizando artigos acadêmicos, livros e relatórios de auditoria financeira que discutem as melhores práticas de auditoria e prevenção de fraudes. Os resultados apontam que a Auditoria Interna exerce um papel fundamental na prevenção de fraudes por meio de atividades como o monitoramento contínuo de transações suspeitas, auditorias de conformidade e a implementação de sistemas de denúncia anônima. A discussão revela que, apesar dos avanços tecnológicos proporcionarem novas oportunidades de fraude, a auditoria, aliada a ferramentas analíticas e à educação dos funcionários, tem sido eficaz na mitigação desses riscos. As considerações finais indicam que, para manter a eficácia na prevenção de fraudes, as instituições bancárias devem continuar investindo em auditoria interna e na atualização constante de seus controles.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria Interna. Fraudes Bancárias. Prevenção de Fraudes. Controles Internos.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of Internal Audit in preventing fraud in banking institutions, highlighting how it acts in identifying risks and implementing effective controls. The justification for this study lies in the growing threat of financial fraud, intensified by technological advances and the digitalization of banking services. The theoretical basis is based on authors such as Moeller (2019) and Sullivan and Sullivan (2021), in addition to international

standards, such as COSO (2013) and ISO 31000 (2018), which provide guidelines for risk management and internal controls, as well as preventive measures by the Sicoob Credit Union. The methodology adopted is a bibliographic review, using academic articles, books and financial audit reports that discuss best auditing and fraud prevention practices. The results indicate that Internal Audit plays a fundamental role in preventing fraud through activities such as continuous monitoring of suspicious transactions, compliance audits and the implementation of anonymous reporting systems. The discussion reveals that, although technological advances provide new opportunities for fraud, auditing, combined with analytical tools and employee education, has been effective in mitigating these risks. The final considerations indicate that, in order to remain effective in preventing fraud, banking institutions must continue to invest in internal auditing and in constantly updating their controls.

KEYWORDS: Internal Audit. Banking Fraud. Fraud Prevention. Internal Controls.

INTRODUÇÃO

A fraude financeira representa uma ameaça crescente, com impactos prejudiciais tanto para o setor financeiro quanto para a sociedade em geral. Neste cenário, surgem questionamentos sobre como a Auditoria Interna pode contribuir para a prevenção e detecção dessas fraudes nas instituições bancárias. Este estudo tem como objetivo destacar a importância da Auditoria Interna na identificação e mitigação de fraudes financeiras no setor bancário.

A crescente digitalização dos processos bancários e o aumento da complexidade das transações financeiras têm ampliado as oportunidades de fraudes no setor bancário. Segundo Almeida (2020), as fraudes em instituições financeiras representam um dos maiores desafios para a governança corporativa, afetando diretamente a confiança dos clientes e a solidez das instituições. A auditoria interna, nesse contexto, emerge como um mecanismo fundamental para mitigar riscos e reforçar os controles internos, prevenindo atos fraudulentos antes que causem danos irreversíveis.

As transformações tecnológicas, acompanhadas pelo aumento da complexidade e da sofisticação das ameaças cibernéticas, exigem uma constante adaptação e aprimoramento das estratégias de auditoria para manter a eficácia dos mecanismos de prevenção de fraudes (ALMEIDA, 2020). Diante desse cenário, surge a problemática de como a auditoria interna pode evoluir para acompanhar essas mudanças, adotando novas abordagens, tecnologias e conhecimentos para identificar e combater ameaças cada vez mais complexas e dinâmicas no setor bancário.

A escolha deste tema busca evidenciar como a Auditoria Interna contribui para a prevenção de fraudes bancárias, abordando tópicos como a revisão dos tipos mais comuns de fraudes nesse setor, o papel dos auditores na identificação e mitigação de riscos, além de discutir

os desafios enfrentados pelas instituições financeiras ao implementar auditorias eficazes para combater essas ameaças.

Este estudo baseia-se em uma metodologia bibliográfica, realizando uma revisão sistemática de livros, artigos científicos, relatórios de auditoria e estudos de caso publicados em periódicos especializados e bases de dados acadêmicas. A análise das fontes incluiu a identificação de publicações que abordam temas como auditoria interna, prevenção de fraudes, governança corporativa e segurança no setor bancário. Além disso, foram consultados relatórios de instituições financeiras e publicações de órgãos reguladores, a fim de fundamentar a discussão sobre as práticas e os desafios da auditoria interna na prevenção de fraudes.

1. CONCEITO DE AUDITORIA INTERNA

A palavra auditoria, etimologicamente, encontra a sua origem no verbo latino *audire*, que significa “ouvir”, estando na gênese da palavra auditor, do latim *auditore*, o que significa “aquele que ouve”. A auditoria pode ser aplicada em variados campos, não existindo uma definição rígida do que é a auditoria financeira, no entanto existem determinados termos ou expressões que são utilizados nas definições de diversos autores e organismos profissionais (Costa, 2017).

Segundo Franco e Marra (2009) a auditoria surgiu em decorrência da comprovação dos registros contábeis, em virtude do surgimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, embasado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução decorreu simultaneamente ao crescimento econômico, que as grandes companhias ocasionaram, constituídas por investimentos de muitas pessoas, que dispõem da comprovação dos registros contábeis para salvaguardar os seus bens.

A auditoria surgiu como uma consequência de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, que têm base nos resultados que são apurados em balanço. A sua evolução ocorreu, de forma simultânea, ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de inúmeras pessoas e que têm na confirmação dos registros contábeis, a proteção do seu patrimônio (CREPALDI, 2013, p. 262).

A auditoria externa é o serviço realizado por profissional independente ou associação de profissionais independentes, exclusivamente contratados pela organização. Sua função centraliza basicamente, no exame das demonstrações financeiras, em relação a elas o auditor necessita opinar e assegurar se as mesmas retratam precisamente a posição financeira e o resultado das operações.

A auditoria interna é uma atividade independente que realiza serviços de avaliação e recomendação com o intuito de agregar valor e aprimorar as execuções de uma companhia. Para Attie (2011 apud. AMANCIO 2022) a contabilidade foi a disciplina originária constituída para auxiliar e orientar o administrador, além de ser autora de um âmbito especializado, intitulado de auditoria e que é atribuída como uma ferramenta que possibilita comprovar aspectos contábeis.

De acordo com a Resolução CFC N° 986/03 NBC TI 01 da auditoria interna define a técnica como:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Crepaldi (2012) pondera que a auditoria interna é uma expertise contábil direcionada a examinar a eficiência e eficácia do controle patrimonial estabelecido com o intuito de evidenciar um parecer sobre determinado dado, no intuito de prevenir qualquer tipo de fraude ou erro.

2. CONCEITO DE FRAUDE BANCÁRIA

Compreende-se como fraude uma conduta proposital de modo a falsificar ou adulterar informações, transações, documentos e registros de qualquer caráter. No entanto, essa necessita ser discernida do erro, que é tido como uma ação não proposital (HENRIQUE et. al 2023).

Monteiro (2022) estabelece que a fraude é definida como qualquer ato intencional, premeditado e ilegal, é definido pela deslealdade, ocultação ou quebra de confiança, com a finalidade de lograr vantagem ou impedir outro de alguma coisa, tornando-se abrangente a todas as organizações e a todos os períodos e, necessariamente, engloba todas as instituições e respectivos *stakeholders*¹, de todas as categorias, e em todas as áreas de atuação.

De acordo com a NBC TI de (2003) – Da Auditoria Interna:

¹ Stakeholders: Stakeholders são indivíduos ou grupos que possuem um interesse ou impacto em uma organização ou projeto. Eles podem ser internos, como funcionários e acionistas, ou externos, como clientes, fornecedores, governos e comunidades.

12.1.3.1 – A Auditoria Interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

12.1.3.2 – O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

Camargo (2019) apud Lacerda (2022) atestam que o termo erro é aplicado no ato não intencional de desatenção ou imprudência. No âmbito da auditoria os auditores diariamente encontram com fraudes e os erros, ambos bem semelhantes, contudo uma ação se diferencia completamente da outra.

De acordo com a NBC TI 01 de (2003) O termo “erro refere-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários”.

Deste modo, as mesmas referem-se a atividades ilegais realizadas para obter vantagens financeiras de maneira desonesta ou enganosa no setor financeiro. As fraudes bancárias podem assumir várias formas, incluindo fraudes de identidade, esquemas de *phishing*², e fraudes relacionadas a empréstimos e cartões de crédito. Esses atos fraudulentos visam enganar instituições financeiras e seus clientes para obter recursos financeiros de forma ilícita (LICHTENSTEIN; SCHWAB 2019).

Os mecanismos usados para cometer fraudes bancárias evoluem continuamente com o avanço da tecnologia. Segundo Tufano (2017), fraudes modernas muitas vezes envolvem o uso de técnicas sofisticadas, como *hacking*³ e engenharia social⁴, para explorar vulnerabilidades nos sistemas de segurança bancária. O impacto das fraudes bancárias é significativo, afetando

² Phishing: O *phishing* é um golpe praticado por um cibercriminoso que se passa por uma empresa ou pessoa conhecida, a fim de obter ilegalmente informações pessoais como senhas, números de cartão de crédito e dados confidenciais da vítima.

³ *Hacking*: São as tentativas de criminosos, conhecidos como hackers, de danificar ou destruir uma rede de sistemas. Essas violações podem fazer com que dados sigilosos sejam roubados ou expostos, podendo causar o roubo de identidade e extorsão do titular dos dados.

⁴ Engenharia social: A engenharia social é um método usado para enganar, manipular ou explorar a confiança das pessoas. É uma forma de ataque sem violência física que busca fazer com que a vítima realize voluntariamente ações prejudiciais a si mesma, como divulgar informações sensíveis ou transferir dinheiro para desconhecidos.

a confiança do público nas instituições financeiras e resultando em perdas financeiras substanciais para as vítimas.

A auditoria interna e as fraudes bancárias estão inter-relacionadas na medida em que uma auditoria interna eficaz é fundamental para a detecção e prevenção de fraudes. Como apontado por Moeller (2019), a auditoria interna atua como um guardião contra fraudes, através da implementação de controles e da realização de análises periódicas para identificar atividades suspeitas. Além disso, a auditoria interna ajuda a garantir que as medidas de controle estejam sendo seguidas corretamente e proporciona uma camada adicional de proteção contra tentativas de fraude. A colaboração entre auditores internos e outras funções de segurança dentro da instituição financeira é vital para a criação de um ambiente seguro e resistente a fraudes (Deloitte, 2022).

3. PAPEL DA AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna é fundamental na identificação e avaliação de riscos dentro de uma organização. Segundo COSO (2013), um dos principais frameworks de auditoria interna, a avaliação de riscos é um componente essencial do processo de controle interno. Os auditores internos utilizam métodos de avaliação de riscos para identificar ameaças que possam impactar a capacidade da organização de atingir seus objetivos. Eles realizam entrevistas, revisam documentos e analisam processos para identificar riscos operacionais, financeiros e de conformidade.

Além da identificação de riscos, a auditoria interna realiza uma análise detalhada dos processos e controles existentes. De acordo com Spraakman (2016), os auditores internos revisam os controles internos para garantir que estejam adequadamente desenhados e funcionando como previsto. Isso inclui a avaliação da eficácia dos controles internos existentes e a recomendação de melhorias, quando necessário. O processo de análise ajuda a detectar lacunas e vulnerabilidades que podem ser exploradas por riscos.

A auditoria interna não apenas identifica riscos, mas também contribui para o desenvolvimento e a implementação de controles internos adequados. Segundo Moeller (2019), a implementação de controles é uma resposta direta à avaliação de riscos. Os auditores internos colaboram com a administração para projetar e implementar controles que mitiguem os riscos identificados. Isso pode incluir a criação de políticas e procedimentos, bem como a introdução de novos controles automatizados e manuais.

Uma vez implementados, os controles internos precisam ser monitorados e revisados regularmente. De acordo com KPMG (2020), a auditoria interna realiza revisões contínuas para assegurar que os controles permaneçam eficazes ao longo do tempo. Este monitoramento contínuo inclui a realização de auditorias periódicas, testes de controles e revisões de processos para garantir que os controles estejam funcionando conforme o esperado e que qualquer falha seja rapidamente identificada e corrigida.

Crepaldi (2013 p. 65) define a auditoria interna como:

A auditoria é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial.

A auditoria interna é a existência de um departamento que funciona dentro da própria instituição e que, de forma permanente e constante, exerce o controle sobre os recursos que são disponibilizados. Geralmente, esse departamento é constituído por auditores, assistentes e auxiliares de auditoria, que devem exercer as suas funções de uma forma independente, sem correrem o risco de serem manipulados por outras pessoas e devem também ter livre acesso a qualquer departamento que a instituição considere necessário para que possa ser verificado, examinado e efetuado o levantamento de informações que sejam relevantes para as conclusões da auditoria (FRANCO; MARRA, 2001).

A principal finalidade do controle interno é o acompanhamento da instituição em relação à aplicação e à supervisão das normas internas que estão estabelecidas, executando a sua análise e, considerando imprescindível, o seu aprimoramento sobre as recomendações. Nas organizações, esse controle é realizado por um departamento específico, pelos seus colaboradores, de um modo contínuo e que precisa ter o máximo de autonomia, buscando assim estar atento no reconhecimento de possíveis erros e fraudes (PINHEIRO; CUNHA, 2009 apud. AMANCIO).

A auditoria interna e as fraudes bancárias estão inter-relacionadas na medida em que uma auditoria interna eficaz é fundamental para a detecção e prevenção de fraudes. Como apontado por Moeller (2019), a auditoria interna atua como um guardião contra fraudes, através da implementação de controles e da realização de análises periódicas para identificar atividades suspeitas. Além disso, a auditoria interna ajuda a garantir que as medidas de controle estejam sendo seguidas corretamente e proporciona uma camada adicional de proteção contra tentativas de fraude. A colaboração entre auditores internos e outras funções de segurança dentro da

instituição financeira é vital para a criação de um ambiente seguro e resistente a fraudes (DELOITTE, 2022).

4. PRINCIPAIS FRAMEWORKS DA AUDITORIA INTERNA

O *International Professional Practices Framework* (IPPF), desenvolvido pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), é considerado o padrão global de referência para a auditoria interna. De acordo com Lima e Vieira (2021), o IPPF oferece uma estrutura completa que inclui normas e diretrizes para garantir que as práticas da auditoria interna sejam consistentes e de alta qualidade. O framework se compõe de elementos essenciais, como a Definição de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (ISPPIA), que juntos proporcionam uma base sólida para a atuação dos auditores. Segundo Silva e Santos (2020), o IPPF é amplamente utilizado por organizações de diferentes setores devido à sua flexibilidade e abrangência, permitindo adaptação a realidades variadas.

O COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) foi criado em 1985, é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa (PORTAL DA AUDITORIA). Ele desenvolveu um dos frameworks mais importantes para auditoria interna, o *COSO Internal Control – Integrated Framework*. Essa estrutura, conforme apontado por Ferreira e Almeida (2019), é amplamente usada para avaliar e fortalecer os sistemas de controle interno nas organizações. O framework é composto por cinco componentes inter-relacionados: Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informação e Comunicação, e Monitoramento. Este modelo é reconhecido pela sua capacidade de integrar o controle interno à governança corporativa e à gestão de riscos, sendo aplicado em setores que vão de pequenas empresas a grandes corporações (Vieira & Silva, 2018).

QUADRO 1 - Componentes do COSO

Componente	Descrição
Aumento do leque de oportunidades	Ao considerar todas as possibilidades – tanto os aspectos positivos como os negativos do risco – a administração pode identificar novas oportunidades e os desafios específicos relacionados às oportunidades atuais.

<p>Identificação e gestão do risco na entidade como um todo</p>	<p>Toda entidade está sujeita a vários tipos de riscos, que podem afetar diversas partes da organização. Às vezes, um risco pode ser originário de uma parte da entidade, mas impactar outra parte. Dessa forma, a administração identifica e gerencia os riscos na entidade como um todo para manter e melhorar a performance.</p>
<p>Aumento dos resultados positivos e da vantagem com a diminuição das surpresas negativas</p>	<p>O gerenciamento de riscos corporativos permite as entidades melhorar sua capacidade de identificar riscos e definir as respostas adequadas, diminuindo as surpresas e os custos ou prejuízos correspondentes e tirando proveito dos demais desdobramentos favoráveis.</p>
<p>Diminuição da oscilação da performance</p>	<p>Para algumas entidades, os desafios não são as surpresas e os prejuízos, mas sim a oscilação da performance. Uma performance além das expectativas. O gerenciamento de riscos corporativos permite prever os riscos que poderiam afetar a performance e colocar em prática as medidas necessárias para minimizar a disfunção e maximizar a oportunidade.</p>
<p>Melhor distribuição dos recursos</p>	<p>Todo risco poderia ser considerado uma demanda por recursos. A obtenção de informações rigorosas sobre riscos permite que a administração, diante de recursos finitos, avalie as necessidades, priorize a distribuição e melhore a alocação de recursos.</p>
<p>Aumento da resiliência da empresa</p>	<p>A viabilidade da entidade nos médio e longo prazos depende de sua capacidade de prever mudanças e responder e responder elas – não apenas para sobreviver, mas também para evoluir e prosperar. Em parte, isso é viabilizado pela eficácia no gerenciamento de riscos corporativos e adquire importância cada vez maior à medida que se acelera o ritmo da mudança e aumenta a complexidade dos negócios.</p>

Fonte: COSO (2017).

O *Enterprise Risk Management* (ERM) é uma extensão do framework COSO, voltado especificamente para a gestão de riscos corporativos. Conforme salientado por Costa e Barbosa (2019), o ERM foca na gestão integrada de riscos em toda a organização, ajudando a alinhar o processo de gestão de riscos com os objetivos estratégicos. A auditoria interna utiliza esse framework para avaliar a eficácia das práticas de gerenciamento de riscos, identificando falhas e recomendando melhorias. De acordo com Borges e Lima (2021), o ERM se destaca por

proporcionar uma visão holística da gestão de riscos, integrando riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade.

QUADRO 2 – Enterprise RISK MANAGEMENT

Componente	Descrição
<i>Governance and Culture</i> (Governança e Cultura)	A governança dá um tom da organização, reforçando a importância e instituído responsabilidades de supervisão sobre o gerenciamento de riscos corporativos. A cultura diz respeito a valores éticos, a comportamentos esperados e ao entendimento do risco em toda a entidade.
<i>Strategy and objective-Setting</i> (Estratégia e definição de objetivos)	Gerenciamento de riscos corporativos, estratégia e definição de objetivos atuam juntos no processo de planejamento estratégico. O apetite a risco é estabelecido e alinhado com a estratégia; os objetivos de negócio colocam a estratégia em prática e, ao mesmo tempo, servem como base para identificar, avaliar e responder aos riscos.
Performance	Os riscos que podem impactar a realização da estratégia e dos objetivos de negócios precisam ser identificados e avaliados. Os riscos são priorizados com base no grau de severidade, no contexto do apetite a risco. A organização determina as respostas aos riscos e, por fim, alcança uma visão consolidada do portfólio e do montante total dos riscos assumidos. Os resultados desse processo são comunicados aos principais stakeholders envolvidos com a supervisão dos riscos.
<i>Review and Revision</i> (Análise e revisão)	Ao analisar sua performance, a organização tem a oportunidade de refletir sobre até que ponto os componentes do gerenciamento de riscos corporativos estão funcionando bem ao longo e no contexto de mudanças relevantes, quais correções são necessárias.
<i>Information, Communication, and Reporting</i> (Informação, comunicação e divulgação)	O gerenciamento de riscos corporativo demanda um processo contínuo de obtenção e compartilhamento de informação precisas, provenientes de fontes internas e externas, originadas das mais diversas camadas e processos de negócios da organização.

Fonte: COSO (2017)

O COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*), inicialmente focado em TI, evoluiu para ser um framework robusto de governança e gestão de tecnologia da informação, com impacto direto sobre a auditoria interna. Para Souza e Martins (2022), o COBIT oferece uma estrutura detalhada para auditorias de sistemas de informação, sendo amplamente utilizado em auditorias internas que envolvem avaliações de sistemas de tecnologia da informação. A estrutura do COBIT inclui processos que abrangem desde o alinhamento estratégico da TI com os objetivos de negócio até o monitoramento contínuo dos sistemas, facilitando a análise e mitigação de riscos tecnológicos.

O ISO 31000 é uma norma internacional voltada para a gestão de riscos, que tem grande relevância para a auditoria interna, conforme discutido por Oliveira e Gonçalves (2021). Embora não seja exclusivamente um framework de auditoria, a norma oferece uma abordagem sistemática para identificar, avaliar e gerenciar riscos organizacionais, sendo integrada por muitos departamentos de auditoria interna em suas avaliações de risco. A ISO 31000 estabelece princípios e diretrizes que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização, de modo a melhorar a capacidade de tomada de decisão frente à incerteza.

Esses frameworks fornecem diretrizes essenciais para a estruturação da auditoria interna e para a mitigação de riscos, incluindo fraudes. Eles são amplamente utilizados pelas instituições financeiras para garantir a integridade de suas operações e evitar fraudes. A combinação de metodologias como o COSO, IPPF, COBIT, ISO 31000 e ERM ajuda as instituições a criar uma governança mais eficaz, estabelecendo um conjunto robusto de controles internos e práticas de auditoria que promovem a detecção e prevenção de fraudes.

5. FRAUDES NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Fraudes bancárias têm se tornado cada vez mais sofisticadas e frequentes, a instituição financeira Sicoob e outros autores identificam diversos tipos de golpes que afetam tanto instituições quanto usuários. Com base em publicações e orientações, os principais tipos de fraudes bancárias incluem:

5.1 Phishing

É uma das formas mais comuns de fraude digital. Os fraudadores enviam mensagens por e-mail, SMS ou redes sociais fingindo ser de instituições legítimas, como bancos ou empresas, com o objetivo de enganar o usuário para que forneça informações sensíveis, como senhas ou dados bancários. Eles geralmente fornecem links para sites falsos que simulam o visual de plataformas oficiais SICOOB DO VALE (2024). Esse tipo de golpe é especialmente eficaz porque utiliza engenharia social, explorando a confiança do cliente no banco e criando um senso de urgência, como mensagens que afirmam que a conta foi comprometida ou que uma transação suspeita foi detectada (MARTINS & ALMEIDA, 2022)

5.2 Golpe do Whatsapp

Este golpe envolve a clonagem do WhatsApp da vítima, onde os criminosos se passam por ela para pedir dinheiro de contatos próximos, geralmente solicitando transferências via PIX. Outra variante é o roubo do código de verificação do WhatsApp, permitindo aos criminosos controlar o aplicativo da vítima SICOOB DO VALE (2024). Em muitos casos, os golpistas conseguem acesso ao WhatsApp de um contato da vítima ou utilizam uma foto e nome semelhantes para criar uma conta falsa, simulando ser essa pessoa. Isso aumenta a taxa de sucesso da fraude, pois as vítimas acreditam que estão ajudando alguém de sua rede próxima (COSTA, 2021).

5.3 Fraudes em Cartões de Crédito e Débito

A clonagem de cartões de crédito é um problema recorrente no setor bancário, onde os fraudadores capturam informações de cartões para realizar transações fraudulentas. Estudos mostram que essa prática representa até 40% das fraudes bancárias em ambientes online e presenciais, especialmente em áreas onde a segurança dos terminais de pagamento é vulnerável (Pereira & Santos, 2020). Silva e Costa (2021) sugerem que a implementação de cartões com tecnologia de chips de segurança e o uso de autenticação biométrica em transações online são métodos eficazes para reduzir esse tipo de fraude.

5.4 Falsas Centrais de Atendimento

Os golpistas se passam por atendentes de centrais de atendimento bancárias, persuadindo as vítimas a fornecer dados bancários ou a realizar transferências. Eles geralmente afirmam que estão solucionando problemas técnicos ou de segurança, induzindo o usuário a confiar e agir de forma rápida SICOOB DO VALE (2024). Um exemplo comum é quando os golpistas entram em contato com o atendimento do banco e, com dados pessoais mínimos, como CPF e data de nascimento, conseguem burlar a segurança e alterar informações da conta para obter acesso direto. Este tipo de golpe torna-se ainda mais eficaz quando o atendimento ao cliente não possui protocolos de autenticação rigorosos (SILVA & RIBEIRO, 2020).

5.5 Golpe do Falso Sequestro ou Parente

Os criminosos ligam para a vítima alegando que um parente foi sequestrado ou solicitam ajuda financeira, se passando por um parente distante. Esse tipo de golpe é emocionalmente

explorador, forçando as vítimas a fazer transferências bancárias rápidas SICOOB (2024). Para combater esse tipo de fraude, os especialistas recomendam que, ao receber esse tipo de ligação, a vítima desligue e entre em contato diretamente com o suposto familiar antes de realizar qualquer pagamento, além de denunciar o ocorrido às autoridades (COSTA & RIBEIRO, 2019).

O Sicoob recomenda várias práticas de segurança para evitar fraudes, como o uso de cartões virtuais, evitar o salvamento de senhas em navegadores, conferir a autenticidade de ofertas online, e manter sempre a verificação em dois fatores ativada. Essas fraudes refletem a importância de educação financeira e de segurança digital para evitar que os usuários se tornem vítimas de golpes financeiros.

6. CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NA PREVENÇÃO DE FRAUDES NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A Auditoria Interna desempenha um papel essencial na prevenção e detecção de fraudes bancárias, sendo responsável por avaliar e melhorar continuamente os controles internos das instituições financeiras. Com base em práticas internacionais e estudos de caso, é possível identificar diversas formas pelas quais a auditoria bancária atua proativamente para evitar fraudes. A seguir, alguns exemplos práticos ilustram como a auditoria interna tem sido fundamental para mitigar riscos no setor financeiro.

6.1 Monitoramento de Transações Suspeitas e Análise de Dados

Uma das principais formas pelas quais a auditoria bancária ajuda na prevenção de fraudes é por meio do monitoramento constante de transações financeiras e da análise de grandes volumes de dados. KPMG (2020) destaca que, com o uso de ferramentas de auditoria baseadas em análise de dados e algoritmos avançados, é possível identificar padrões anômalos em transações que podem indicar fraudes. A auditoria interna, ao utilizar essas ferramentas, consegue detectar comportamentos suspeitos em tempo real, prevenindo a execução de fraudes ou minimizando seus impactos.

6.2 Revisão e Teste de Controles Internos

Auditorias periódicas são realizadas para revisar a eficácia dos controles internos estabelecidos pela instituição financeira. Segundo Moeller (2019), a auditoria interna testa a

robustez desses controles, identificando falhas e recomendando melhorias. Por exemplo, ao auditar processos de concessão de crédito, a auditoria pode verificar se todos os procedimentos de verificação de clientes estão sendo seguidos corretamente, prevenindo fraudes relacionadas à concessão de empréstimos a clientes inexistentes ou com documentação fraudulenta.

6.3 Prevenção de Fraudes em Sistemas de Pagamento Eletrônico

Com o aumento das fraudes cibernéticas e a digitalização dos serviços bancários, a auditoria interna também atua na prevenção de fraudes em sistemas de pagamento eletrônico. De acordo com Sullivan e Sullivan (2021), a auditoria avalia regularmente a segurança dos sistemas de TI, assegurando que as práticas de criptografia, autenticação de usuários e monitoramento de redes sejam adequadas. Esse processo ajuda a identificar vulnerabilidades em sistemas de pagamento e a implementar medidas corretivas antes que hackers possam explorá-las. A Política Institucional de Segurança Cibernética da Instituição Financeira Sicoob do Vale, detalha uma série de controles de segurança, como o uso de firewalls, criptografia e sistemas de detecção de intrusões. Esses mecanismos visam proteger os dados contra acessos não autorizados e ataques cibernéticos, criando múltiplas camadas de defesa SICOOB DO VALE (2024).

6.4 Educação e Treinamento de Funcionários

A auditoria bancária também tem um papel preventivo por meio da educação dos funcionários, fortalecendo a cultura antifraude dentro da instituição. Spraakman (2016) observa que auditores internos frequentemente conduzem treinamentos e workshops sobre conformidade e prevenção de fraudes, ajudando a conscientizar os colaboradores sobre as práticas fraudulentas mais comuns e como denunciá-las de maneira segura. Essa educação contínua minimiza o risco de fraudes internas e aumenta a detecção precoce de irregularidades. A Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob do Vale, enfatiza que todos os funcionários devem ser treinados sobre as melhores práticas de segurança cibernética, reconhecendo que o fator humano é muitas vezes a primeira linha de defesa. Programas de capacitação e simulações de ataques são frequentemente realizados para manter todos informados e preparados SICOOB DO VALE (2024).

6.5 Implementação de Sistemas de Denúncia Anônima

Um exemplo prático importante de como a auditoria bancária atua na prevenção de fraudes é a implementação de canais de denúncia anônima, conhecidos como *whistleblowing*. ISO 31000 (2018) e COSO (2013) indicam que a auditoria interna pode criar e gerenciar esses canais para permitir que funcionários ou terceiros relatem atividades suspeitas de forma segura e confidencial. A existência de um canal de denúncia eficaz não só permite a identificação precoce de fraudes como também desencoraja potenciais fraudadores, sabendo que a organização está atenta.

6.6 Auditorias de Conformidade Regulatória

Além de revisar os processos internos, a auditoria interna verifica se a instituição financeira está em conformidade com as regulamentações locais e internacionais. Almeida e Ferreira (2019) apontam que a falta de conformidade com regras estabelecidas pelos órgãos reguladores pode ser um terreno fértil para fraudes. Assim, ao assegurar que a instituição está seguindo as normas vigentes, a auditoria contribui diretamente para reduzir o risco de fraudes e evitar penalidades que podem prejudicar a reputação e a saúde financeira do banco. Também na Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob detalha o alinhamento com regulamentações e normas do setor financeiro, garantindo que a cooperativa não apenas proteja seus dados, mas também cumpra suas obrigações legais. A melhoria contínua é um princípio fundamental, com revisões periódicas da política para adaptá-la às mudanças tecnológicas e às novas ameaças SICOOB DO VALE (2024)

Esses exemplos práticos evidenciam que a auditoria interna é uma ferramenta essencial na mitigação de fraudes bancárias, agindo de maneira proativa e preventiva. Por meio de monitoramento constante, educação, e a implementação de controles robustos, a auditoria garante que as instituições financeiras mantenham elevados padrões de segurança e integridade em suas operações.

7. CASE REAL

Um exemplo concreto de como a auditoria interna do Sicoob ajudou a prevenir fraudes ocorreu por meio da implementação de um sistema de segurança digital robusto e inovador, monitorado pelo Centro de Operações de Cibersegurança (SOC). Esse centro foi fundamental na detecção e prevenção de fraudes digitais, especialmente em um caso onde cooperados eram

induzidos a compartilhar suas telas remotamente com fraudadores. A auditoria interna identificou vulnerabilidades nesse processo e sugeriu a criação de uma proteção que bloqueia a visualização de informações financeiras por terceiros. Ao invés de permitir o acesso à tela do aplicativo durante essas tentativas de fraude, o sistema agora exibe uma tela escura, impedindo a ação dos golpistas BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A (2023).

Além disso, a auditoria interna monitorou a eficácia de ferramentas como o uso de biometria facial e análise de comportamento de usuários para identificar transações fora do padrão. Esses controles, continuamente ajustados com base em relatórios de auditoria, resultaram na prevenção de diversos tipos de fraudes, fortalecendo a segurança e a confiança dos cooperados na instituição CENTRO COOPERATIVO SICOOB-CCS (2021)

Uma iniciativa de maior destaque da instituição citada é a nova camada de proteção no aplicativo Sicoob. Essa camada de defesa cibernética, além de outros mecanismos já existentes, utiliza algoritmos avançados para emitir alertas e proteger os cooperados de fraudes e golpes eletrônicos. O sistema é capaz de detectar automaticamente quando um cooperado acessa o aplicativo enquanto recebe uma chamada telefônica, seja de operadoras ou pelo WhatsApp, e envia um alerta sobre o risco de um golpe.

Josias Sales, superintendente de Segurança Cibernética do Sicoob, ressalta que o grande desafio é captar a atenção do cooperado, que pode estar sendo abordado por um golpista. Para isso, a equipe desenvolveu uma mensagem visualmente atraente e de fácil compreensão, que tem como objetivo alertar rapidamente os cooperados sobre a possibilidade de estarem sob ataque fraudulento BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A (2023).

Essas medidas, auditadas e ajustadas continuamente, demonstram como a auditoria interna desempenha um papel vital na prevenção de fraudes dentro da instituição, contribuindo para a segurança dos cooperados e a integridade das operações financeiras do Sicoob.

CONCLUSÃO

A conclusão do artigo destaca a importância fundamental da auditoria interna como um mecanismo de proteção e controle em instituições financeiras, com ênfase nas práticas do banco Sicoob. A análise das medidas preventivas adotadas pela instituição revela que a auditoria interna não apenas identifica e avalia riscos, mas também implementa estratégias eficazes para mitigar fraudes. As inovações tecnológicas, como a nova camada de proteção no aplicativo do Sicoob, que utiliza algoritmos para gerar alertas e proteger os cooperados, exemplificam como a auditoria interna contribui para um ambiente mais seguro. Essas medidas, juntamente com a

vigilância contínua realizada pelo Centro de Operações de Cibersegurança, demonstram um compromisso significativo da instituição em enfrentar os desafios contemporâneos de segurança.

Além disso, a capacitação dos colaboradores e a disseminação de uma cultura de integridade e compliance são essenciais para fortalecer a resistência da organização contra fraudes. A literatura revisada enfatiza que a atuação proativa da auditoria interna é crucial na criação de um sistema financeiro mais robusto e confiável, capaz de preservar a confiança dos cooperados e assegurar a integridade das operações. Portanto, a auditoria interna se revela como um pilar estratégico na prevenção de fraudes, proporcionando às instituições financeiras, como o Sicoob, a capacidade de se adaptar e responder eficazmente às ameaças do ambiente financeiro em constante evolução. Essas práticas não apenas protegem os ativos da organização, mas também reforçam a ética e a transparência nas operações bancárias, elementos indispensáveis para a sustentabilidade do setor.

Para fortalecer ainda mais a eficácia da auditoria interna e suas práticas no contexto financeiro, há uma necessidade crescente de estudos empíricos que corroborem os achados teóricos apresentados neste artigo. Pesquisas que explorem casos reais de implementação de auditoria interna, especialmente em instituições que estão adotando tecnologias emergentes, como inteligência artificial e machine learning, podem fornecer insights valiosos sobre como essas inovações estão impactando a prevenção de fraudes e a mitigação de riscos.

Além disso, futuras investigações podem se concentrar na análise da eficácia das ferramentas tecnológicas adotadas, como os algoritmos de proteção mencionados, bem como no papel da cultura organizacional na resistência contra fraudes. A compreensão de como a capacitação dos colaboradores e a promoção de uma mentalidade de compliance influenciam os resultados da auditoria interna também representa uma área promissora de pesquisa.

Por fim, à medida que o ambiente financeiro continua a evoluir, é imperativo que a auditoria interna se mantenha à frente das tendências emergentes e desenvolva novas abordagens que integrem a segurança cibernética e a gestão de riscos. Assim, um diálogo contínuo entre a teoria e a prática é essencial para garantir que as instituições financeiras não apenas respondam às ameaças atuais, mas também antecipem e preparem-se para os desafios futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, Elza Vitória Hemily. Auditoria interna e controle interno como instrumento para uma gestão. **Reiva Revista**, v. 3, 2020. Disponível em: <<https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/145/122>>. Acesso em: 10 de out. 2024.

AMANCIO, João Victor Costa da Silva. **Auditoria interna em instituições financeiras**. 2022. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11422/18135>>. Acesso em: 13 de set. 2024.

ALMEIDA, P.; FERREIRA, C. A importância da auditoria interna na prevenção de fraudes no setor bancário. **Revista de Contabilidade e Auditoria**, v. 15, n. 2, p. 34-50, 2019.

ALMEIDA, P.; FERREIRA, C. Fraudes corporativas: impactos e prevenção no setor bancário. **Revista Brasileira de Auditoria**, v. 5, n. 3, p.45-58, 2020.

ARAÚJO, Lucas Silva; RIBEIRO, Maria Eduarda da Costa. **Auditoria interna e os controles internos na prevenção de riscos e fraudes no setor bancário**. 2021. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://repositorio.fametro.com.br/jspui/handle/123456789/1169>>. Acesso em: 05 de set. de 2024.

AZEVEDO, Brenda Letícia Vieira de. **Auditoria interna como ferramenta de gestão para as organizações**. 2021. 25 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Contábeis – Pitágoras, Governador Valadares, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/52006/1/KAREN_HELLENA_P_ORTUGAL_DE_MOURA_ATIVIDADEDEFESA.pdf>. Acesso em: 29 de ago. de 2024.
BRASIL, Resolução CFC nº 986 21 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf>. Acesso em: 14 de set. 2024.

CARVALHO, L.; MOREIRA, S. A integração entre auditoria interna e gestão de riscos em instituições financeiras. **Revista Brasileira de Auditoria Interna**, v. 12, n. 3, p. 22-39, 2019.

CENTRO COOPERATIVO SICOOB - CCS. **Programa de Integridade**. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/documents/Programa+de+Integridade.pdf>. Acesso em 14 out. 2024.

COSO. **Internal Control – Integrated Framework**. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, 2013.

COSTA, M. Golpes digitais: Estratégias de prevenção para usuários de redes sociais e aplicativos de mensagens. **Jornal de Segurança Digital**, 9(2), 54-63, 2021.

COSTA, L., & RIBEIRO, M. Fraudes emocionais: A pressão psicológica no golpe do falso sequestro. **Revista Brasileira de Segurança e Psicologia Criminal**, 8(2), 123-137, 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DELOITTE. *Global Fraud Survey*. Deloitte Insights, 2022.

GOMES, M.; SOUSA, R. Desafios na eficácia da auditoria interna na detecção de fraudes bancárias. **Journal of Financial Control**, v. 10, n. 1, p. 55-71, 2021.

HENRIQUE, Marcelo Rabelo et al. **Auditoria e Contabilidade Forense como medidas de combate às fraudes em instituições financeiras: Um estudo com base em casos ocorridos no Brasil entre 2010 e 2019**. Disponível em: <<http://urisaoluiz.com.br/site/wp-content/uploads/2023/12/auditoria-e-contabilidade-forense-como-medidas-de-combate-as-fraudes-em-instituicoes-financeiras-um-estudo-com-base-em-casos-ocorridos-no-brasil-entre-2010-e-2019.pdf>>. Acesso em: 03 de out. de 2024.

IIA. **International Professional Practices Framework (IPPF)**. Institute of Internal Auditors, 2020.

ISACA. **COBIT 2019 Framework: Introduction and Methodology**. ISACA, 2021.

ISO. **ISO 31000:2018 – Risk Management**. International Organization for Standardization, 2018.

JESUS, Victor Leandro Freitas de. **Percepção de auditores sobre fatores que influenciam a eficácia da auditoria interna**. 2024. 115 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/49795>>. Acesso em: 07 de set. 2024.

KPMG. **The Role of Internal Audit in Managing Financial Risks**. KPMG International, 2020.

LACERDA, João V. S. **Auditoria Interna Para Prevenção E Combate De Erros E Fraudes**. 2022. 29 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Faculdade Pitágoras, Divinópolis, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/60703/1/JO%20C3%83O+VITOR+SILVA+LACERDA.pdf>>. Acesso em: 30 de ago. de 2024.

LICHTENSTEIN, S.; SCHWAB, R. **Fraud Detection in Banking**. Springer, 2019.

LOPES, H.; LIMA, G. Normas internacionais de auditoria interna e sua contribuição na mitigação de fraudes bancárias. **Revista de Governança e Compliance**, v. 9, n. 1, p. 66-82, 2018.

MARTINS, L., & ALMEIDA, V. Engenharia social e fraudes de *phishing*: Estratégias de mitigação. **Revista de Cibersegurança Aplicada**, 10(2), 189-204, 2022.

MOELLER, R. R. ***Brink's Modern Internal Auditing: A Common Body of Knowledge***. Wiley, 2019.

MONTEIRO, Bruno Miguel de Azevedo. **Avaliação da Auditoria Interna na ótica dos Auditados** – Estudo de caso numa Instituição Financeira. 2022. Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/43435>>. Acesso em: 16 de set. de 2024.

MOTTA, João Mauricio. **Auditoria: princípios e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1992.

PEREIRA, F., & SANTOS, E. Fraudes em cartões de crédito: Riscos e medidas preventivas. **Revista de Riscos Financeiros**, 14(4), 250-263, 2020.

OLIVEIRA, Helton Lima. **Importância da Auditoria Interna na detecção de fraudes e erros nas organizações empresariais**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/36809/1/HELTON_LIMA.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2024.

SILVA, R.; MARTINS, F. O impacto das tecnologias emergentes na auditoria interna e na detecção de fraudes no setor bancário. **Revista de Tecnologia e Auditoria**, v. 8, n. 4, p. 41-57, 2020.

SICOOB. **Informações sobre fraudes bancárias no Sicoob**. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobdovale/principais-golpes>. Acesso em 18 out. 2024.

SICOOB. **Prevenção contra golpes e fraudes**. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/documents/2344927/56976626/cartilha+golpes+e+fraudes.pdf>. Acesso: 18 out. 2024.

SICOOB. **Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob**. Disponível em: www.sicoob.com.br/documents/128035770/159415395/Política+Institucional+de+Segurança+Cibernética.pdf. Acesso: 17 out. 2024.

SICOOB. **Sicoob implementa novas proteções de segurança contra golpes e fraudes digitais**. Disponível em: www.sicoob.com.br/web/sicoob/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/165476942. Acesso: 16 out. 2024.

SILVA, G., & COSTA, R. Tecnologias de segurança em cartões de crédito e sua eficácia. **Revista de Segurança Bancária**, 6(3), 199-213, 2021.

SILVA, T., & RIBEIRO, A. Fraudes bancárias e vulnerabilidades nas centrais de atendimento. **Revista de Auditoria e Controle Interno**, 7(2), 170-184, 2020.

SOUZA, A.; PEREIRA, M. A eficácia da auditoria interna na detecção de fraudes em bancos. **Revista Brasileira de Contabilidade e Auditoria**, v. 14, n. 1, p. 12-29, 2020.

SPRAAKMAN, G. *The Role of Internal Audit in Corporate Governance*. Routledge, 2016.

SULLIVAN, M.; SULLIVAN, S. *Fraud Prevention and Detection in Financial Services*. Wiley, 2021.

TUFANO, P. *Fraud Risk Management: A Practical Guide*. Harvard Business Review, 2017.

VIEIRA, C.; COSTA, A. Auditoria interna e a promoção de uma cultura antifraude no setor bancário. **Cadernos de Contabilidade e Auditoria**, v. 16, n. 2, p. 47-63, 2021.